

COMUNICADO CEAFF-ESMP Nº 07 /2019 – SETOR PÓS-GRADUAÇÃO

O Diretor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo (ESMP) comunica aos Membros do Ministério Público e demais Bacharéis em Direito, a realização do **13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS**, Pós-Graduação *lato sensu*, devidamente credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, cujas normas são as que seguem:

PLANO DO CURSO

I – OBJETIVOS

O Curso de Especialização em Interesses Difusos e Coletivos tem por finalidade o aprofundamento técnico e prático indispensável à atuação profissional voltada para este segmento do conhecimento jurídico.

Trata-se de curso com ênfase em temas contemporâneos, de acordo com as linhas de pesquisa da Escola Superior do Ministério Público, em área que desperta grande interesse da comunidade jurídica, voltado especialmente a profissionais que já atuam nesse cenário e que buscam um maior grau de especialização em disciplinas afetas à Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.

Destinado a Membros, Servidores do Ministério Público com bacharelado em Direito, advogados, defensores públicos, magistrados e demais operadores do Direito, assim como candidatos aos principais concursos públicos do país, o curso apresenta os seguintes objetivos:

- 1- Formar especialistas em Direitos e Interesses Difusos e Coletivos capazes de atender as novas exigências sociais e jurídicas, com uma compreensão isenta, cientificamente moderna, democrática e social recomendada do fenômeno criminal.
- 2 - Formar especialistas atualizados com as recentes alterações legislativas na área da Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos, com a complementação de novos conhecimentos que despertem a visão crítica.
- 3- Fornecer subsídios técnicos e jurídicos voltados ao Ensino Superior nas áreas ligadas à Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos.
- 4 - Estimular a pesquisa na área de Tutela dos Direitos e Interesses Difusos e Coletivos para a adoção de ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos judiciais.

II - ESTRUTURA DO CURSO

O **13º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS** será ministrado no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, situado na Rua Treze de Maio, 1.259, Bela Vista, São Paulo, e desenvolver-se-á com a carga horária mínima de 450 horas, sendo 360 horas presenciais, 82 horas a distância e 08 horas de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com os seguintes módulos:

MÓDULO I – INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE GERAL - 32h presenciais

MÓDULO II – INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE ESPECIAL - 200h presenciais PARTE I – DIREITO DO CONSUMIDOR - 32h

PARTE II – DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - 32h

PARTE III – MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E URBANISMO - 52h

PARTE IV – PROIBIDADE ADMINISTRATIVA - 28h

PARTE V – DIREITO À SAÚDE - 16h
PARTE VI – DIREITO À EDUCAÇÃO 16h
PARTE VII – DIREITOS HUMANOS 24h

MÓDULO III – INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 64h presenciais

MÓDULO IV – METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR – 64h presenciais

O Curso de Especialização será ministrado às **terças e quintas-feiras**, das **18:30 às 22h30**, constituindo-se de aulas de 04 (quatro) horas. Se houver necessidade de reposição de aulas, ficará a critério da Direção do CEAF-ESMP a designação de outro dia da semana.

III – AVALIAÇÃO

O Curso será modulado e a cada novo módulo deverá ser realizada matrícula, sendo certo que a aprovação naquele módulo e desistência de frequência ou não realização de nova matrícula nos demais módulos implicarão a certificação de conclusão do módulo a título de CURSO DE EXTENSÃO.

Todos os módulos que integram o Curso de Pós-graduação serão compostos pela abordagem de 20 grandes temas, além de alguns temas específicos de metodologia e didática de ensino.

Para cada tema, haverá indicação de material de leitura em disponibilizado no Portal do Aluno (ambiente de apoio) que permitirá a realização de aferição de leitura e elaboração de trabalhos práticos que comporão em 30% a nota de cada módulo.

A avaliação do aproveitamento escolar será realizada:

- I – pela frequência às atividades escolares;
- II – pelo grau de aproveitamento em trabalhos e/ou provas;
- III – pela nota obtida no trabalho de conclusão do curso - TCC

O aluno será considerado aprovado se obtiver média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete), ante a somatória das notas de todas as provas e divisão pelo número de avaliações, e 75% (setenta e cinco), pelo menos, de frequência (art. 57, *caput*, do Regimento Interno da ESMP, e art. 6º da Deliberação nº 108/2011 do CEE). A média de cada bimestre será calculada pela realização dos trabalhos práticos (30%) e por uma avaliação teórica (70%), além da assiduidade mínima indicada.

Ao final do Curso, o aluno apresentará um trabalho de conclusão de curso sobre tema pertinente à área dos Interesses Difusos e Coletivos, observando-se rigorosamente as seguintes linhas de pesquisa:

- *Acessibilidade*
- *Bullying e violência escolar*
- *Combate à corrupção e aplicação da Lei de Improbidade Administrativa*

- *Combate à discriminação racial e de gênero*
- *Compromisso de ajustamento de conduta*
- *Contratos de adesão e controle de cláusulas abusivas*
- *Controle de poluição*
- *Direito de moradia*
- *Direito à saúde*
- *Direitos fundamentais da pessoa com deficiência*
- *Educação inclusiva*
- *Estudo de Impacto de Vizinhança*
- *Inquérito civil*
- *Implementação dos Direitos Sociais*
- *Justiça Resolutiva e a tutela dos direitos metaindividuais*
- *Lei Anticorrupção e Acordos de Leniência*
- *Ministério Público e tutela dos direitos difusos e coletivos*
- *Mobilidade urbana*
- *Proteção do idoso*
- *Proteção integral da criança e do adolescente*
- *Proteção do patrimônio cultural*
- *Proteção do patrimônio florestal*
- *Publicidade comercial*
- *Regularização fundiária*
- *Responsabilidade dos profissionais liberais*
- *Tutela processual coletiva*

Para a obtenção do certificado do Curso de Extensão em qualquer um dos módulos, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - média final igual ou superior a 7,0 (sete) no respectivo módulo;
- II - frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo.

Para a obtenção do título de especialista, o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

- I - média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;
- II - frequência de 75%, no mínimo, da carga horária prevista em cada módulo;
- III - elaboração do trabalho de conclusão de curso que receba, no mínimo, a nota 7,0 (sete).

IV - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Período de Matrícula: 20/05/2019 a 13/08/2019

Início das aulas: 1º semestre do curso 13/08/2019

Término das aulas: 1º semestre do curso 12/12/2019

Férias escolares: 13/12/2019 a 10/02/2020

Início das aulas: 2º semestre do curso 11/02/2020

Término das aulas: 2º semestre do curso 25/06/2020

Férias escolares: 26/06/2020 a 05/08/2020

Início das aulas: 3º semestre do curso 04/08/2020

Término das aulas: 3º semestre do curso 01/10/2020

Orientação de Monografia: outubro/novembro/dezembro – 2020 e fevereiro - 2021

Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso: 01 abril de 2021

V – CORPO DOCENTE

O curso contará, eventualmente, com professores visitantes, nacionais ou internacionais, notórios por sua especialização, saber técnico ou científico ou, ainda, por se destacarem no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas relativas à área de Interesses Difusos e Coletivos.

Tais professores serão convidados na qualidade de expositores ou debatedores, sempre sob a responsabilidade do Professor Coordenador ou da Direção do CEAF-ESMP.

Professores:

Adriano Andrade de Souza - <http://lattes.cnpq.br/9058095111256538>

Alexandra Faccioli Martins - <http://lattes.cnpq.br/5899831398099618>

Ana Maria Moreira Marquesan - <http://lattes.cnpq.br/5285825227560977>

André Luiz dos Santos – Mestre em Direito Constitucional

André Luiz Nogueira da Cunha - <http://lattes.cnpq.br/9026707958599341>

Annelise Monteiro Steigleder - <http://lattes.cnpq.br/8786840668101249>

Antonio Carlos Marcato - <http://lattes.cnpq.br/8060843039437564>

Antonio Carlos Malheiros - <http://lattes.cnpq.br/6219572792832339>

Antonio Carlos Ozório Nunes - <http://lattes.cnpq.br/0942273552882012>

Beatriz Lopes de Oliveira – <http://lattes.cnpq.br/5710648513348032>

Claudia Maria Beré - <http://lattes.cnpq.br/6652891781305021>

Cristina Godoy de Araújo Freitas - <http://lattes.cnpq.br/6161651620769192>

Daniela Campos Libório - <http://lattes.cnpq.br/7582517839705764>

Dauri de Paula Júnior - Graduado em Direito

Edgard Moreira da Silva - <http://lattes.cnpq.br/0977846643157564>

Eduardo Dias de Souza Ferreira - <http://lattes.cnpq.br/8497057300721560>

Eduardo Ferreira Valerio – Graduado em Direito

Ernani de Menezes Vilhena Júnior – Especialista em Direito Constitucional

Evelise Pedroso Teixeira Prado Vieira – <http://lattes.cnpq.br/4945940720901015>

Fausto Junqueira de Paula - <http://lattes.cnpq.br/4361023374507278>

Felipe Chiarello de Souza Pinto - <http://lattes.cnpq.br/9554142049617388>
Filippe Augusto Vieira de Andrade – Mestre em Direito das Relações Sociais
Fernando Grella Vieira - Graduado em Direito
Fernando Reverendo Vidal Akaoui – <http://lattes.cnpq.br/8706245600453310>
Flávio Eduardo Turessi - <http://lattes.cnpq.br/5898785179672242>
Gilberto Nonaka - <http://lattes.cnpq.br/3603527217589231>
Giovanni Guido Cerri - <http://lattes.cnpq.br/6974715253258198>
Hugo Nigro Mazzilli – Professor Emérito da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo
Ivan Carneiro Castanheiro - <http://lattes.cnpq.br/5517841668310182>
Jorge Radi Junior – <http://lattes.cnpq.br/5825275423367627>
José Antonio Aparecido Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9645169834284731>
José Antonio Remedio - <http://lattes.cnpq.br/1121639468800540>
José Carlos de Freitas – Especialista em Interesses Difusos e Coletivos
José Roberto dos Santos Bedaque - <http://lattes.cnpq.br/4882467055578030>
José Roberto Rochel de Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/9543644920788698>
Landolfo Andrade de Souza - <http://lattes.cnpq.br/3279775070042128>
Lélio Ferraz de Siqueira Neto – Especialista em Direito Penal
Luis Fernando Rocha - <http://lattes.cnpq.br/3371388805846013>
Luiz Alberto David Araujo - <http://lattes.cnpq.br/9804775062781884>
Luiz Antonio Miguel Ferreira - <http://lattes.cnpq.br/6148761454870458>
Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos - <http://lattes.cnpq.br/4283912834478902>
Marcelo Sciorilli - <http://lattes.cnpq.br/8905091372571498>
Márcio Cammarosano - <http://lattes.cnpq.br/6431640845277526>
Marco Antonio Zanelatto – Doutor e Mestre em Direito Civil
Marcos Paulo de Souza Miranda - <http://lattes.cnpq.br/9516750160832445>
Marcos Stefani - <http://lattes.cnpq.br/4631938049873342>
Mario Coimbra - <http://lattes.cnpq.br/1200941626735431>
Martha de Toledo Machado - <http://lattes.cnpq.br/3758178112371453>
Motauro Ciocchetti de Souza - <http://lattes.cnpq.br/4622957431726044>
Nelson Nery Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9500090190732995>
Patrícia Faga Iglecias Lemos - <http://lattes.cnpq.br/4040415451574370>
Reynaldo Mapelli Junior - <http://lattes.cnpq.br/0689174932873818>
Ricardo de Barros Leonel - <http://lattes.cnpq.br/7161239483817648>
Ricardo Manoel Castro – Especialista em Direito Penal e Criminologia e Licenciatura em Letras – Português/Francês
Rodolfo de Camargo Mancuso - <http://lattes.cnpq.br/1452124318182176>
Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer - <http://lattes.cnpq.br/0216387809692964>
Roberto Barbosa Alves – <http://lattes.cnpq.br/4197497682682199>
Ronaldo Porto Macedo Júnior - <http://lattes.cnpq.br/7211343265073949>

Ruymar de Lima Nucci - <http://lattes.cnpq.br/5464533727665058>
Sérgio Seiji Shimura - <http://lattes.cnpq.br/0426275034329432>
Sílvia Chakian de Toledo Santos - <http://lattes.cnpq.br/2132000464243526>
Sílvio Antonio Marques - <http://lattes.cnpq.br/5260146100426274>
Tatiana Barreto Serra - <http://lattes.cnpq.br/1535026366022829>
Valter Kenji Ishida - <http://lattes.cnpq.br/1653769359120021>
Vidal Serrano Nunes Júnior - <http://lattes.cnpq.br/9200066312423730>
Vladimir Brega Filho - <http://lattes.cnpq.br/9000467259519005>
Wallace Paiva Martins Júnior - <http://lattes.cnpq.br/2125396115714706>

VI - VAGAS, INSCRIÇÕES E MATRÍCULA

NÚMERO DE VAGAS: 70 (setenta)

INSCRIÇÕES

Poderão se inscrever no Curso de Especialização os bacharéis em Direito, portadores de diploma ou certificado de conclusão do referido curso.

Serão concedidas até 20 (vinte) bolsas de estudos integrais aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, destes, serão priorizados os lotados em áreas ligadas ao conteúdo programático oferecido no curso.

As vagas remanescentes, assim como na hipótese de haver, dentre os servidores da Instituição mais interessados do que vagas com bolsas disponibilizadas, serão preenchidas mediante processo seletivo a ser confirmado.

PERÍODO DE MATRÍCULA

As matrículas serão realizadas no período de 20 de maio a 13 de agosto de 2019, ou enquanto houver vagas, pelo preenchimento de formulário online e a inclusão dos anexos em PDF da documentação necessária. Acesso disponível, na página do CEAF-ESMP www.esmp.mpsp.mp.br no link curso/pós-graduação. Sua efetivação se dará somente após o pagamento da 1ª mensalidade com vencimento em até dois dias, após emissão do boleto.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- Carteira de identidade e CPF (cópias reprográficas simples) ou no caso de Servidores e Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo Carteira Funcional (cópia reprográfica simples);
- Diploma de graduação em Direito (frente/verso) e o respectivo Histórico Escolar (cópias reprográficas simples);
- 1 Foto 3X4

Toda a documentação deverá ser anexada no ato da inscrição em formato PDF, no ambiente *online* disponibilizado.

A rematrícula deverá ser, obrigatoriamente, renovada a cada novo módulo do curso, compreendendo-se, em caso de não renovação, o desejo de obtenção de simples certificado do módulo cursado a título de **CURSO DE EXTENSÃO**.

MENSALIDADE

Serão 17 mensalidades de R\$ 700,00 (setecentos reais). A primeira mensalidade (relativa ao mês de agosto de 2019) deverá ser paga, por meio de boleto bancário a ser disponibilizado pelo CEAF-ESMP via site ou e-mail cadastrado pelo candidato no formulário de inscrição.

As demais mensalidades terão vencimento no dia 10, dos meses de setembro de 2019 a dezembro de 2020 e os respectivos boletos estarão disponíveis no portal do aluno.

NÚMERO MÍNIMO DE INSCRITOS

Caso não seja atingido o número mínimo de 50 (cinquenta) inscritos, o curso não será implantado e os valores serão devolvidos aos interessados.

PROGRAMA DO CURSO

MÓDULO I – INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE GERAL

- Interesses transindividuais – Noções introdutórias;
- Evolução legislativa e bases constitucionais da tutela dos interesses difusos e coletivos;
- Interesses transindividuais no sistema brasileiro: interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;
- Ação Civil Pública: Teoria Geral;
- O sistema norte-americano de defesa dos interesses transindividuais;
- O controle judicial de políticas públicas: critérios e limites;
- Novo perfil constitucional do Ministério Público: negociação e mediação, e a postura resolutiva nos conflitos de massa.

AVALIAÇÃO TEÓRICA – aplicada logo após a última aula do módulo.

MÓDULO II - INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – PARTE ESPECIAL

PARTE I – DIREITO DO CONSUMIDOR

- A sociedade de consumo e o papel do Estado;
- Introdução ao Direito do Consumidor. Tratamento constitucional da matéria;
Conceitos: a) consumidor: em sentido estrito (art. 2º, caput, CDC) e por equiparação (arts. 2º, parágrafo único, 17 e 29, do CDC); b) fornecedor; c) produtor e serviços. Princípios fundamentais do CDC. Direitos básicos do consumidor e a atuação do Ministério Público na sua tutela;
- Tutela penal do consumidor (CDC e Lei nº 8.137/1990);
- Tutela civil (material) do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor pelos vícios e defeitos dos produtos e serviços. Responsabilidade civil objetiva do fornecedor. Decadência e prescrição. Responsabilidade civil dos profissionais liberais;

- Tutela civil (material) do consumidor. Proteção contratual do consumidor (condições gerais dos contratos, contrato de adesão e controle das cláusulas abusivas; princípios aplicáveis aos contratos de consumo);
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: crédito ao consumo e proteção dos superindividuados;
- Oferta e publicidade: deveres de informação e princípios da publicidade; controle legal da publicidade e autorregulamentação (normas do Código de Autorregulamentação Publicitária, do CONAR);
- Tendências atuais do Direito do Consumidor: comércio eletrônico e a necessidade de sua regulação. Projeto de reforma do CDC.

PARTE II – DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

- Direito da Criança e do Adolescente. Normativa Internacional. Teorias informadoras. Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. A Constituição da República e o Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura, direito e princípios fundamentais. Direito à vida, à dignidade e à saúde;
- Direito à convivência familiar e comunitária. Família natural. Direito ao reconhecimento do vínculo de filiação. Poder familiar. Atributos da extinção, perda e suspensão do poder familiar. Processo de perda ou suspensão do poder familiar;
- Família substituta. Considerações gerais. Adoção. Tutela e guarda. Procedimento de colocação em família substituta;
- Criança e Adolescente e ato infracional. Fundamentos. Medidas sócio-educativas. Procedimento de apuração. Lei do SINASE;
- Atribuições do Ministério Público na área da Infância e da Juventude. Esfera cível. Interesses individuais, individuais homogêneos, coletivos e difusos e as relações jurídicas de direito material;
- Crimes contra a criança e o adolescente;

AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Consumidor + Infância e Juventude).

PARTE III – MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO E URBANISMO

- Direito Ambiental Constitucional – Princípios;
- Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios, objetivos e finalidades. Instrumentos da política nacional de meio ambiente. Estudo de Impacto Ambiental. Licenciamento ambiental. Sistema nacional do meio ambiente;
- Licenciamento ambiental;
- Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Aspectos jurídicos da proteção ao patrimônio cultural;
- Aspectos jurídicos da proteção da flora. Código Florestal;
- Aspectos jurídicos do controle de poluição;
- Responsabilidade ambiental: penal, civil e administrativa;
- Aspectos constitucionais da Política Urbana. Função social da propriedade;
- Estatuto da Cidade. Plano Diretor e Estudo de Impacto de Vizinhança;

- Regularização fundiária;
- Uso de bens públicos (concessões, permissões). Afastamento de risco. Desapropriação e usucapião.

PARTE IV – PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

- Regramento infraconstitucional: Lei de Improbidade Administrativa. Conceito de moralidade administrativa e de improbidade administrativa. A defesa da probidade administrativa como um interesse difuso. Sujeitos do ato de improbidade. Cooperação jurídica internacional no âmbito da investigação de improbidade administrativa;
- Elemento subjetivo da conduta ímproba. Modalidades de improbidade administrativa. Enriquecimento ilícito. Atos lesivos ao erário. Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública;
- Providências cautelares. Indisponibilidade de bens. Sequestro. Afastamento do agente público do cargo, emprego ou função;
- Ação civil de improbidade administrativa. Competência. Legitimação. Pedido. Procedimento. Fase de admissibilidade da ação. Sentença: correlação entre pedido e sentença. Independência entre as instâncias. Coisa julgada. Prescrição;
- Sanções: previsão normativa; correspondência com os tipos de improbidade; espécies. Aplicação das sanções. Parâmetros para a aplicação das sanções. Aplicação cumulativa das sanções. Julgamento “extra petita”. Concurso de condutas e conflito aparente de normas;
- Lei Anticorrupção Empresarial. Aplicação da Lei 12.846/2013 no tempo e no espaço. Sujeitos do ato ilícito. Atos lesivos. Responsabilização administrativa. Acordo de Leniência. Responsabilização judicial. Harmonização entre a Lei Anticorrupção e a Lei de Improbidade Administrativa;

AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo).

PARTE V – DIREITO À SAÚDE

- O Direito Sanitário, conceito jurídico de saúde; O SUS e seus princípios constitucionais; Lei Orgânica da Saúde e legislação sanitária básica; participação da comunidade e sistema de controle; vigilância sanitária e vigilância epidemiológica; complementariedade da iniciativa privada no SUS;
- Os níveis de atenção em saúde e a organização regionalizada em Redes de Atenção à Saúde (RAS); consensos interfederativos e as Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e Bipartite (CIB); fluxo de atendimento e regulação de vagas;
- Financiamento do SUS; tipicidade das ações e serviços públicos de saúde e vinculação de recursos sanitários; Emendas Constitucionais nº 29/2000, 86/2015 e 95/2016; Lei Complementar nº 141/12; fundos de saúde;
- Políticas de assistência farmacêutica; Judicialização da saúde e medicamentos não padronizados; estratégias da indústria farmacêutica; políticas de saúde mental e a reforma psiquiátrica brasileira; as Redes de Atenção Psicossocial (RAPs); internações psiquiátricas voluntárias, involuntária e compulsória e tratamento ambulatorial; a “cracolândia” da cidade de São Paulo.

PARTE VI – DIREITO À EDUCAÇÃO

- A educação na Constituição federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Educação inclusiva. Bullying e a violência escolar;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente e o direito à educação: o papel do Ministério Público no campo educacional;
- O Poder Judiciário e judicialização da qualidade da educação.

PARTE VII – DIREITOS HUMANOS

- A Declaração dos Direitos do Homem e os tratados internacionais de Direitos Humanos. Os direitos fundamentais na Constituição federal. Inclusão social;
- Igualdade racial. Discriminação racial e suas sanções;
- A proteção jurídica das mulheres.
- Os direitos dos idosos e as medidas necessárias ao seu efetivo exercício. O Estatuto do Idoso;
- Normas de proteção à pessoa com deficiência.

AVALIAÇÃO TEÓRICA (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo (Saúde, Educação e Direitos Humanos).

MÓDULO III – INQUÉRITO CIVIL E AÇÃO CIVIL PÚBLICA E OUTROS INSTRUMENTOS DE TUTELA COLETIVA

- Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta;
- Ação Civil Pública. Evolução histórica, peculiaridades e perspectivas. Princípios gerais do processo coletivo;
- Ação Civil Pública. Legitimidade e representatividade adequada. Litisconsórcio;
- Ação Civil Pública. Atos de disponibilidade: desistência e transação. Elementos objetivos da demanda: causa de pedir e pedido;
- Ação Civil Pública. Competência. Conexão, continência e litispendência;
- Ação Civil Pública. Prova: custos e ônus. Sentença. Recursos;
- Ação Civil Pública. Tutelas de urgência e de evidência;
- Ação Civil Pública. Coisa julgada;
- Ação Civil Pública. Liquidação. Execução. Fundo de Direitos Difusos Lesados;
- Ações constitucionais de controle concentrado de constitucionalidade;
- Ação Popular;
- Mandado de Segurança Coletivo;
- Mandado de Injunção;
- Interações entre o Novo CPC e o Processo Coletivo;
- Audiências Públicas.

AVALIAÇÃO TEÓRICA FINAL (4h) – aplicada logo após a última aula do módulo

MÓDULO IV – METODOLOGIA E DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR

- Conhecimento, Modos de Conhecer o Mundo, o Conhecimento Científico e a Ciência do Direito;

- Pesquisa, Pesquisa Acadêmica, Etapas da Pesquisa: escolha do tema, levantamento de dados, elaboração do Projeto de Pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- Projeto de Pesquisa I: tema, delimitação do tema, problema hipóteses e justificativa;
- Projeto de Pesquisa II: Objetivos, Metodologia, Referencial Teórico e Sumário Provisório;
- Oficina de Projeto de Pesquisa;
- Pesquisa Teórica: Bibliográfica, Legislação, Histórica, Direito Comparado;
- Pesquisa Empírica: Jurisprudência, Estudo de caso, Entrevistas e Bancos de Dados;
- Artigo Científico: Componentes, Resumo, Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências;
- Redação e Normas para a apresentação de trabalhos científicos de acordo com a ABNT;
- A importância da pesquisa e a Educação Superior no País;
- Diretrizes Curriculares e o ensino jurídico em novo contexto: globalização, pluralismo jurídico e ativismo judicial;
- Diretrizes Curriculares: Eixos de Formação, Disciplinas, Atividades Complementares;
- Diretrizes Curriculares: Pesquisa, Extensão e Núcleo de Prática Jurídica;
- Didática aplicada ao Ensino do Direito: Plano de Ensino e Metodologias de Aula,
- Didática aplicada ao Ensino do Direito: Avaliação.

MAIS INFORMAÇÕES

Pelo telefone: (0xx)11 3017-7783 ou pelo e-mail esmp-secretaria@mpsp.mp.br

Coordenação Geral:

Antonio Carlos da Ponte - <http://lattes.cnpq.br/7570867927380829>

Procurador de Justiça

Diretor do CEAF-ESMP

Coordenação Acadêmica:

Reynaldo Mapelli Júnior - <http://lattes.cnpq.br/0689174932873818>

Fernando Reverendo Vidal Akaoui – <http://lattes.cnpq.br/8706245600453310>

Realização:

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público de São Paulo